ABRE aspas:

Assumindo a presidência da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), Roberto Rodrigues tem planos para a nova gestão. Pretende que a Associação seja uma espécie de catalisador entre as entidades do setor, para melhorar a articulação política e de *lobby*, que lute para mudar a imagem do setor rural junto à opinião pública e que tencione buscar o que chama de alianças estratégicas entre os vários segmentos que fazem parte do negócio rural, assegurando benefícios a todos eles. São planos ambiciosos.

Rodrigues é um veterano e pragmático defensor do agronegócio, mas é também um romântico, um amante da agricultura à moda antiga. Do tipo que ainda manda flores e faz serenatas. Chegou mesmo a gravar um CD onde solta a voz interpretando suas canções favoritas, românticas, claro. Após gravar mais uma série de entrevistas do programa *Painel Rural* para a TV a cabo Canal Rural, ele atendeu à reportagem de AGROANALYSIS para explicar como vai continuar sua luta para mudar a agricultura brasileira.

CORTESIA DA EDITORA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Revolução silenciosa

DA REDAÇÃO

■ *Como o senhor se sente há tanto tempo militando em várias entidades agrícolas, acaba de ser eleito para comandar a Abag, e constatar que pouca coisa muda nesse setor?*

— A vida só tem sentido com esperança. E o combustível da esperança é o amor. Mas esse sentimento só se sublima no coletivo, porque aí permite trabalhar com um tríplice conceito: foco, ética e justiça. E eu estou cheio de esperança na melhora do nosso setor.

■ *Mas a agricultura brasileira vai bem?*

— No seu conjunto, não, embora existam ilhas de prosperidade: problemas ainda não resolvidos, como o do endividamento, preocupam e esmagam produtores. Mas o agronegócio brasileiro é a saída que temos, a locomotiva que pode nos levar a fazer parte do Primeiro Mundo.

■ *Como isso será possível?*

O Brasil adquiriu um destaque inimaginável com a crise econômica. Em Davos, na Suíça, líderes do mundo todo só queriam informações sobre a situação brasileira. O país está deixando de ser conhecido pelo futebol e pelo carnaval, mas agora as pessoas se dão conta da importância econômica do Brasil e do seu papel estratégico no continente americano.

■ *Como o agribusiness pode se beneficiar dessa situação?*

— O agronegócio é o setor com melhores possibilidades de viabilizar a economia brasileira, gerando empregos, internalizando o desenvolvimento e com isso ajudando a redistribuir a renda e estabilizar socialmente o país. Com a desvalorização do real, o setor livrou-se de uma forte amarra e os nossos produtos ficaram muito mais competitivos. Agora é o momento de ampliar os mercados, de discutir melhor as outras questões que impedem o incremento do comércio internacional de produtos primários, como a tributária, a monetária, a tecnológica e a logística. E também de atrair investimentos estrangeiros e até mesmo de outros setores econômicos do Brasil.



Rodrigues: "Há que ter esperança."

■ *Dentro desse contexto, qual será a função da Abag?*

— A Abag poderá ter um papel importante. Nossa diretoria quer levar adiante três projetos no sentido de fazer com que o agronegócio assuma seu lugar no cenário econômico do país, no Mercosul e nos mercados do hemisfério Norte. No primeiro, procuraremos retomar a articulação política com as entidades do setor. É preciso rediscutir nossos objetivos e funções, priorizar os projetos e unificar as propostas.

■ *Será a formação de uma frente?*

— Uma reformulação da frente ampla da agropecuária brasileira,

mas sem o informalismo daquele tempo. Vamos conversar com as lideranças do cooperativismo, do sindicalismo, da sociedade civil e dos meios acadêmicos. Temos um assunto urgente, que é a rodada de negociações que a OMC iniciará oficialmente em dezembro para fixar as normas de comércio internacional de produtos agrícolas. A Confederação Nacional da Agricultura, a Organização das Cooperativas Brasileiras e a Abag já criaram um Fórum de Negociações Internacionais, reunindo dezenas de entidades do setor. A idéia é estabelecer um documento básico com conceitos gerais tirados do consenso, como um guarda-chuva. Esse será o roteiro das nossas negociações, ponto a ponto.

■ *O que o senhor chamou de "guarda-chuva" vai proteger quem?*

— Sob ele ficarão as cadeias produtivas, cada qual estabelecendo suas prioridades e peculiaridades.

■ *A iniciativa privada é platéia na reunião da OMC?*

— Não. A OMC é um órgão de governos, mas precisamos ter consenso dentro do setor privado e obter dos governantes que se sentam à mesa de negociação uma posição também consensual e firme, na defesa dos interesses do agronegócio nacional. O governo não pode inventar nada, mas decidir junto conosco, que somos os legítimos interessados e os condutores do país.

■ *A reunião da OMC é apenas um item na complexidade de vícios e velhos problemas que se cristalizam no agribusiness brasileiro; quais os outros motivos?*

— Participamos do Fórum Nacional da Agricultura e da criação do Consagro. Foram levantadas nessas entidades as principais bandeiras do agronegócio e agora precisamos ver implementadas essas reivindicações.

■ *O Consagro é semelhante ao antigo Conselho Nacional de Política Agrícola?*

— Mais ou menos. Queremos a volta do CNPA, porque isto é o que a lei determina. Mas enquanto não conseguimos, o Consagro pode ajudar. Temos que criar uma agenda para o agronegócio em todas as frentes, não apenas para fazer valer as recomendações do Fórum, mas também para os temas que estão sendo discutidos no Congresso Nacional. Por exemplo, a reforma tributária tem muita importância para o agronegócio. Temas como a guerra fiscal entre os estados da federação e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços influem diretamente na produção primária. Por que, por exemplo, não tiramos ainda o ICMS da cesta básica? Todo mundo é a favor e no entanto isso não acontece.

■ *Qual é o segundo projeto da nova gestão da Abag?*

— Vamos tratar da questão da imagem do nosso setor. A população em geral, especialmente a urbana, sabe muito pouco sobre a agricultura. E tem um conceito distorcido sobre o agronegócio. Para o consumidor o agricultor é um profissional despreparado. Não está clara a idéia de cadeia produtiva, que começa na prancheta do pesquisador científico e acaba na gôndola do supermercado, fazendo do consumidor um verdadeiro parceiro do produtor, mas este conceito não existe na cabeça brasileira.

■ *Como o senhor pretende fazer isso?*

— A primeira iniciativa será a publicação de um livro que contará a história do Brasil sob a ótica do agronegócio. No fundo, a verdadeira história do Brasil. Vamos mostrar que o Brasil se desenvolveu sempre através do agronegócio, através de suas cadeias produtivas que conquistaram o país e geraram sua riqueza. Basta lembrar o caso do café, ou também a cana, a laranja, o boi e modernamente a soja. Quem foi que abriu nossas fronteiras no Centro-Oeste? Não foi a soja?

Os participantes do agronegócio precisam passar uma posição clara ao governo sobre suas dificuldades para as negociações que se iniciam em dezembro na OMC.

■ *O que se espera com essa publicação?*

— Mudar o conceito do agronegócio no Brasil, mostrar que agricultura é a base do processo de desenvolvimento e que todos os setores dependem dela. E também mostrar o potencial que ainda temos, para investidores nacionais e estrangeiros

■ *De onde virão os recursos para a edição desse livro?*

— Nós pretendemos utilizar todas as ferramentas disponíveis, como a Lei Rouanet, patrocínios e outros mecanismos para arrecadar o dinheiro necessário para transformar esse projeto em realidade.

■ *E a que público se destina esse livro?*

— A todos os públicos. A nossa idéia é, além de publicá-lo como livro nos moldes tradicionais, transformá-lo em cartilhas que serão distribuídas na rede escolar de todo o país e também em CD-ROM, para chegar até as pessoas que hoje se abastecem de informações quase exclusivamente por meio de computador.

■ *Existem outras ações nessa área já em curso?*

— Muitas ações poderão ser realizadas, sempre em parceria com outros setores. É necessário municiar a população com uma visão sistêmica do agronegócio brasileiro, como por exemplo repetir o óbvio: uma calça *jeans* é feita de algodão, um sapato só existe porque existe o boi andando pelo pasto, a cerveja só existe porque há um produtor de cevada e assim por diante. O cuidado com a imagem do setor é fundamental, porque as políticas públicas num país democrático só são alteradas se a opinião pública concordar. Enquanto a opinião pública desprezar a agricultura, nada mudará.

■ *Além da articulação política do setor, dos cuidados com a imagem do agribusiness, qual o terceiro projeto que a Abag deseja desenvolver?*

— São as alianças estratégicas dentro das cadeias produtivas.

■ *Do que se trata?*

— De várias iniciativas que podem ser feitas em benefício da sustentabilidade de cada cadeia produtiva, gerando vantagens ao consumidor final e ao produtor.

■ *Como assim?*

— Hoje já se fala bastante das chamadas commodities ambientais. A indústria que tem uma atividade poluente paga a quem, no ou-

tro lado, exerce a função de limpar o ambiente, como é o caso do agricultor. Isso já é bem compreendido em países desenvolvidos. Nesse caso é possível estabelecer uma aliança entre ambos, poluidores e despoluidores.

■ *Como seriam negociadas essas commodities ambientais?*
— Usando uma central de registros de commodities ligada à BM&F; ela certificaria papéis a serem negociados nesta Bolsa, por exemplo.

■ *Há outro exemplo de aliança?*
— Sim, imagine uma fábrica de fertilizantes que tenha uma produção de x toneladas e um conjunto de cooperativas que consumam exatamente estas x toneladas. Poderíamos eliminar os custos de vendas e armazenagem da fábrica fazendo um negócio direto com as cooperativas, reduzindo o custo para todo mundo, com benefício para o produtor final e para o consumidor final. Ora, quem é que perde com isso? É um jogo de ganha-ganha. Eventualmente perderiam os vendedores de fertilizantes nas diversas áreas do interior? Não, porque eles podem se constituir numa empresa de assessoria técnica, de assistência técnica e de recomendações adequadas que prestariam serviços às mesmas cooperativas e aos agricultores a elas afiliados.

■ *Qual a opinião da Abag sobre a situação financeira de alguns produtores e de cooperativas?*
— É preciso voltar um pouco no tempo para compreender o que aconteceu e o que está acontecendo hoje. Vivíamos há poucos anos em um país de economia fechada com taxas inflacionárias muito altas e bastante intervenção governamental. E em poucos anos passamos para um regime aberto, arrombado mesmo, quase sem inflação e também sem instrumentos de política. Na verdade houve uma desestruturação do setor, principalmente com o descasamento do Plano Collor e com os juros estúpidos no começo do Plano Real.

■ *O senhor pode explicar melhor?*
— Essa transição de um cenário para outro provocou duas ondas. Uma onda dos excluídos: dados disponíveis mostram que nos últimos sete anos mais de 2 milhões de pessoas ficaram sem trabalho no campo; só a cotonicultura de São Paulo perdeu 55 mil postos de trabalho. A outra é a onda dos que sobraram e resistem numa competição cada vez mais acirrada.

■ *A situação se agravou com a criação do Plano Real?*
— Embora a inflação seja o maior inimigo da agricultura, nenhum dos planos econômicos beneficiou o agronegócio, porque mudaram regras do jogo no meio do jogo. Quem tinha dívida em 1994 está quebrado, sem condições de prosseguir.

■ *E esses planos de alongamento das dívidas rurais?*
— A securitização das dívidas é um paliativo, não vai resolver o problema, assim como outras iniciativas não vão dar certo. O governo sabe disso desde o começo. Todo mundo sabe disso, mas por incompetência ou imobilismo não se resolve a questão em definitivo.

■ *A Abag tem alguma sugestão para solucionar essa questão, até porque os produtores sem dívidas devem ficar numa situação desconfortável?*
— É preciso ter criatividade. O governo poderia, por exemplo, aceitar como pagamento seus próprios papéis, como os Títulos da Dívida Agrária, TDA. Quem tiver contas a acertar com o tesouro adquire os títulos pelo valor de mercado e o governo os aceita pelo valor de face. Essa pode ser a alternativa para encerrar o assunto. Assim também com outros títulos. Sem reduzir o estoque da dívida a situação é insolúvel. E o estoque da dívida é exagerado porque é meramente contábil.

Para administrar uma propriedade rural é preciso conhecer bem ciências agrárias, estar muito bem informado sobre mercados e legislações, atuar com precisão na área.

■ *Além da transição à qual o senhor se referiu, há outra em curso, a do padrão tecnológico. Qual a sua opinião sobre esse assunto?*
— Já se pratica no Brasil o que há de mais moderno em tecnologia para a produção rural. Temos máquinas agrícolas de última geração e usamos insumos e métodos novíssimos em tratamentos culturais. Temos agricultura de precisão, o plantio direto e tudo isso já é uma realidade nacional. Estamos muito avançados tecnologicamente nas fazendas que não têm dívidas.

■ *A agricultura está vivendo grandes transformações. Vêm mais novidades por aí?*
— Há uma revolução silenciosa em todo negócio, no modelo agrícola brasileiro e numa área que considero especialmente importante, a gerencial. Hoje, para administrar uma propriedade rural é preciso, além de ter grande conhecimento em ciências agrárias, estar muito bem informado sobre os mercados, legislações, atuar com precisão na área comercial, estar preparado para a adoção de novas ferramentas indispensáveis em uma propriedade eficiente, como o computador. É preciso ter gerência financeira, gerência tributária, de recursos humanos, na área ambiental, enfim, é preciso ter muito mais informação do que o agricultor antigo tinha.

■ *E a questão do novo modelo? O que é isso?*
— É o que exige que o agricultor agregue valor à sua produção primária. Não é mais possível no mercado competitivo fazer renda permanentemente, ou pelo menos não será possível no curto prazo fazer renda permanentemente vendendo matéria-prima. É preciso agregar valor industrializando, fazendo parcerias, alianças estratégicas com setores antes e depois das porteiras da fazenda, através de mecanismos clássicos como o cooperativismo, integrações e parcerias. Isso tem que ser feito para que o produtor ganhe não apenas produzindo matéria-prima, mas em todas as fases das cadeias produtivas

■ *A Abag está preparada para estes novos tempos?*
— Desde sua criação a Abag já passou por duas fases distintas. A primeira, e bem difícil, foi a da sua criação sob o comando de Ney Bittencourt de Araújo. Depois veio o período de consolidação tocado pelo Luiz Alberto Garcia, que considero concluído. Agora, nossa diretoria espera que realmente a terceira fase, a do crescimento, seja coerente com a modernidade da agricultura no mundo inteiro.